

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O movimento pelas eleições “*Diretas – Já!*” nas representações de Roberto Campos e de Fernando Henrique Cardoso

Wanderson Fabio de Melo*

Resumo: A apresentação tratará de analisar as posições de dois intelectuais e senadores: Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos acerca de um momento significativo do período de luta pela abertura política no Brasil: o movimento pela aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira propondo eleições diretas para presidente da República.

Palavras-Chaves: história política – democracia brasileira – liberalismo

Abstract: The presentation will analyze the positions of two intellectuals and senators: Fernando Henrique Cardoso and Roberto Campos concerning a significant moment of the period of fight for the politic growing in Brazil: the movement for the approval of the Constitutional Emend Dante de Oliveira proposing direct elections for president of the Republic.

Keywords: political history – brazilian democracy – liberalism

Esta comunicação pretende discutir as intervenções de Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso a respeito da institucionalização da democracia no Brasil, o movimento pelas Eleições “*Diretas Já*” em 1983/84 e o papel do Estado na economia.

No início de 1983, o jovem deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou a Emenda Constitucional defendendo a eleição presidencial direta. A partir do mês de maio as forças de oposição à ditadura militar expressam a necessidade de campanha de mobilizações. Em outubro, o movimento ganha a adesão dos governadores eleitos em 1982 pelo PMDB. O objetivo da campanha era a aprovação da emenda no Congresso Nacional. As mobilizações se espalham pelo Brasil, a idéia ganha força e apoio da sociedade civil. Multidões tomaram as ruas das cidades em manifestações gigantescas. No entanto, a emenda constitucional não foi aprovada pelo Congresso. Contudo, a campanha desgastou as forças políticas que apoiavam o governo desde o golpe de estado em 1964.

No momento da campanha pelas *Diretas-já*, Campos exercia mandato de senador pelo Estado do Mato Grosso e Cardoso por São Paulo. Busca-se explicitar o posicionamento dos senadores, uma vez que se portaram decisivamente sobre a campanha. Campos no sentido contrário, isto é, foi adversário da Ementa Dante de Oliveira e às manifestações populares. Cardoso se posicionou favoravelmente às mobilizações pelas “*Diretas Já*”.

* Doutorando pela PUC-SP, professor na Faculdade Mauá

Contudo, após a derrota da emenda no Congresso Nacional, Cardoso defendeu a transformação do movimento “Diretas já!” em “mudança já!”, ou seja, ele advogou o fortalecimento político do grupo de oposição no Congresso e atuou na articulação de uma candidatura de oposição para a disputa no Colégio Eleitoral.

Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso promoveram debates no Senado e na imprensa de grande circulação, eles propuseram projetos e tentaram executá-los na política. Foram intelectuais¹ portadores da “consciência social prática” relacionada e articulada com o conjunto de valores e intenções, a fim de implementá-los junto à sociedade brasileira. Segundo Gramsci: “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm a função de intelectuais”, sendo assim, historicamente se formam “categorias especializadas para o exercício da função de intelectual” (GRAMSCI, 2000: 18), cuja atuação remete à elaboração de planos para o exercício da hegemonia.

Os intelectuais, destarte, são portadores de certos valores em detrimento a outros, uma vez que defendem certos interesses no campo social. Campos e Cardoso no Senado Federal e na grande imprensa levantaram problemas sobre a política do Brasil, defenderam projetos e, sobretudo, tentaram viabilizá-los na política. Campos expressou um dos grupos políticos que apoiaram o golpe de estado em 1964, mas que nos anos 80 proporá uma verdadeira “reforma intelectual moral” de crítica à intervenção do estado na economia. Cardoso, no sentido de uma das oposições, defendeu a campanha popular e depois o entendimento no Colégio Eleitoral, ao redor do nome de Tancredo Neves, justamente o candidato que Roberto Campos foi o primeiro a defender. Assim, as indagações desta comunicação são: primeiro, como o resultado da campanha das *Diretas Já!* e a disputa no colégio eleitoral influenciaram o tipo de transição política que o país vivenciou? Em segundo lugar, quais as diferentes memórias dos grupos políticos que foram construídas acerca da campanha?

As fontes utilizadas para esta reflexão foram os discursos no Senado, os livros e as entrevistas de Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso, além de seus artigos na grande imprensa: jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

As posições de Roberto Campos

¹ Compartilhamos aqui da concepção de Gramsci, segundo o qual “não há organização sem intelectuais /.../. Os intelectuais são organizadores da vida social na medida em que são partidos dirigentes de uma massa ativa”. GRAMSCI, 2000: 21.

As posições do senador por Mato Grosso, no início dos anos 80, destacavam-se pela rejeição da intervenção do Estado na economia, a prioridade da defesa da liberdade econômica sobre a liberdade política, o combate à inflação como prioridade e a crítica ao movimento pelas “diretas Já” como “debate passionai”.

No momento em que discute a abertura para a democracia, Roberto Campos quer trazer a discussão da liberdade. Esta deveria vir resignificada em relação ao discurso político do movimento da Anistia, isto é, a questão de evitar intermediações, especialmente as intermediações do poder público. Desse modo, defende que a liberdade política deva ser relacionada com a “liberdade econômica”, revelando assim sua proposta de “por fim ao paternalismo ineficaz e ao intervencionismo perturbador” através da “livre negociação”. Contudo, a tradução real dessas propostas seria a desregulamentação dos direitos sociais conquistados e a privatização da esfera pública.

Doravante, Campos explicita um questionamento: “o gigantismo estatal dificulta extremamente a luta inflacionária. É um dos paradoxos do ‘estado empresário’. Imaginar-se-ia que o setor privado fosse mais difícil de disciplinar que o setor público. Mas o contrário acontece”. (CAMPOS, 1987: 62)

Aqui o Senador se dirige a um interlocutor oculto, setores dos militares que defendiam o aumento do capital estatal. O discurso de Campos marca seu rompimento político com o que se chamava-se de “regime de 64”. Dedicase agora a um novo consenso e a uma nova cultura política que propala: a máquina estatal perdeu a capacidade de atuar na resolução dos problemas vivenciados no país, Campos apresentou uma nova utopia conservadora.

No debate acerca da institucionalização da democracia o Senador Roberto Campos se posicionou favoravelmente, mas argumentou que ela deveria vir acompanhada de uma nova noção de administração do espaço público calcada no “respeito à liberdade individual”, em que o poder público garanta a liberdade política e a liberdade de mercado, não intervindo na esfera econômica nem implementando regulamentação. O palco da deliberação deveria ficar restrito ao estrado individual, não influenciado pelo público. Assim, revela uma proposta de institucionalização da democracia em consonância à privatização do espaço societário.

Embora afirmando-se distanciado da herança do “regime militar”, Roberto Campos considerava a campanha pelas eleições “Diretas já” como um “debate passionai” e um exercício de “atletismo democrático”, porquanto

“quem nelas [eleições diretas] vê uma garantia de redenção não leu, ou tresleu, nossa história. Em pouco mais de cinquenta anos tivemos cinco eleições presidenciais pelo voto popular direto, e duas assunções presidenciais de vice-presidentes, também popularmente eleitos. Apenas dois dos ungidos completaram mandato – Dutra e Kubitschek. Dos outros cinco – Washington Luiz, Vargas em seu retorno constitucional, Café Filho, Jânio Quadros e João Goulart – três foram depostos, um suicidou-se, outro renunciou.” (CAMPOS, 1987: 39)

Percebe-se que Campos trata o processo político brasileiro no universo da aparência, descontextualizando e não explicitando a especificidade de cada caso mencionado. Fecha a resposta política ao inevitável. Seu discurso menciona as crises políticas no Brasil e que as eleições não garantiram estabilidade política, ao mesmo tempo, esconde as formas como as mesmas eram realizadas, não considera os grupos sociais em disputas nem como era o sistema político.

Assim, para o senador mato-grossense, na história política brasileira as eleições não garantiram estabilidade, não promoveram o consenso e tampouco deflagram compromissos econômicos com a iniciativa privada. Seu referencial é o período que vai de Vargas até João Goulart. Em sua análise percebe-se a recusa da “democracia de massas” e da participação popular nos escrutínios, pois com o objetivo de se contrapor à campanha pelas “Diretas”, Campos afirma que o voto popular não garantiu a estabilidade política, daí um dos seus motivos de sua recusa à campanha.

As mobilizações nas ruas pelas diretas poderiam atrapalhar a estabilidade política do sistema, uma vez que Campos enxerga a crise econômica e a necessidade de medidas “impopulares” para sua solução, pois “as eleições diretas complicariam a tarefa de saneamento financeiro e exigiriam tempo para a montagem do novo esquema.” (CAMPOS, 1985: 110)

Nota-se que Campos recusa a idéia de que as “eleições diretas” garantiriam a estabilidade política, uma vez que o sistema político não detém os meios para a satisfação das necessidades populares. O líder político que não reconhecesse esta questão estaria atrapalhando a economia, pois estaria deflagrando aspiração mais do que sistema teria condições de absorver, portando corrompendo o sistema político e econômico, levando uma crise política para a economia.

Portanto, a recusa de Campos em relação ao movimento das “diretas já” foi porque quebraria a transição do tipo “lenta, gradual e segura” implementado pela autocracia. Ele expressou que o marco institucional da transição deveria incorporar os representantes eleitos da oposição, mas as regras não deveriam exceder os espaços consagrados para “escolha” dos presidentes desde o golpe de Estado de 1964, isto é, o Colégio Eleitoral.

No ideário de Roberto Campos “as imperfeições” da democracia brasileira não derivaram da ausência do “rito eleitoral”, mas da incapacidade das instituições políticas de favorecerem o combater a inflação, visto que essa proposta “depende muito mais das convicções e firmeza do governante do que do rito de sua eleição.” E o autor continua “Campos Salles e Castello Branco contiveram a inflação, sendo um eleito pelo voto direto e o outro pelo indireto. Com Kubitschek e Geisel a inflação se agravou, sendo aquele eleito pelo voto popular direto e este sob influência militar. Tivemos hiperinflação com João Goulart, a quem se atribuía legitimidade, e com Figueiredo, a que a Oposição acusa de ilegitimidade.” (CAMPOS, 1985: 115)

Percebe-se então que para o senador mato-grossense, o combate ao processo inflacionário não depende de eleição direta ou ditadura. Na citação acima Campos trata de governantes que “combateram a inflação”, governantes que a promoveu, governantes que tiveram sua legitimidade questionada e vivenciaram o crescimento da inflação.

Roberto Campos cita os presidentes Campos Salles e Castello Branco como governantes que debelaram a inflação, sendo que o primeiro venceu eleição e o segundo foi o primeiro presidente do golpe militar após o golpe de Estado de 1964. Assim, segundo o autor, as políticas do *funing loan* e do *Paeg* representariam o “compromisso firme de chefe de estado”, que não se submetiam aos interesses da esfera do político, mas sim atentavam para as prioridades econômicas de estabilização. Kubitschek e Geisel foram, na opinião de Campos, os provocadores da inflação, uma vez mais configurando o exemplo de que eleição ou ditadura não determina políticas estabilizadoras na economia, assim como Goulart e Figueiredo com processo inflacionário que vivenciaram as crises inflacionárias e políticas concomitantes.

Em síntese, o senador Roberto Campos recusa o movimento das “Diretas-já” por defender que o voto popular não garante estabilidade política, eleições não favorecem necessariamente o compromisso das massas com a economia capitalista, devido às crises da política atrapalharem a economia, significar o descontrole da transição política e expressar a ruptura do formato: “lenta, gradual e segura”, dificultar a prioridade do combate a inflação e, por fim, naquele momento histórico as eleições não favorecerem a escolha de um líder comprometido com a estabilidade econômica para o capital.

As posições de Fernando Henrique Cardoso

Após a derrota da Emenda na Câmara, Fernando Henrique Cardoso realizou um concorrido discurso na tribuna do Senado remetendo a um balanço da Campanha pelas “Diretas já”:

“Sem negar a evidência de que houve uma frustração nacional, a partir do resultado da votação desta semana, eu acho que é o momento para uma reflexão otimista. Nós não conseguimos os 2/3 necessários para mudar a Constituição, mas, creio que se formou uma poderosa maioria parlamentar que deslocou o eixo político da Câmara.” (CARDOSO, 1984: 11)

A proposta de “Diretas já” representou um rompimento com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implementando, apesar da emenda não aprovada, o movimento desgastou politicamente a base governista, pois não tinham nem recursos nem projetos para a crise de sua proposta de abertura. No fragmento acima, Cardoso revela a instauração de uma nova fase, a emergência de um novo bloco político.

Cardoso observa a nova configuração na Câmara, o crescimento da adesão dos deputados às propostas da oposição, a divisão nas forças e no partido governista. Com o intuito de propor um novo encaminhamento político a essa maioria que se formou, o senador afirma:

“O movimento pelas ‘Diretas-já!’ foi uma aprendizagem de democracia em todo o país. Mobilizações influenciaram inevitavelmente esta Casa [Senado Federal] e a Câmara, mas não foi possível conquistar as eleições diretas para presidente. A luta pelas ‘Diretas-já!’ continua no Colégio Eleitoral objetivando a conquista democrática. O Brasil está dividido em dois campos. Os mudancistas e os contra as mudanças. Os mudancistas tem de continuar lutando. E a luta agora é no Colégio Eleitoral. ‘Mudança-já!’ É a continuação das ‘Diretas-já!’”. (CARDOSO in: COSTA COUTO 1999: 63)

Direcionado aos políticos, mas também à sociedade civil através das agências privadas de hegemonia, especialmente a imprensa escrita, a propositura de Fernando Henrique teve uma tremenda repercussão nos diferentes setores sociais no período. Naquele momento a oposição discutia a proposta de subemenda defendendo “Eleições Diretas Já”, de forma a continuar a luta. O discurso encontrou respaldo nos governadores *peemedebistas*, especialmente Franco Montoro, os quais propalavam que o prosseguimento da mobilização popular constituiria pretexto para a ação de grupos interessados em retrocessos políticos.

Rememorizando o período da campanha das “diretas”, Cardoso mencionou:

“Em 1982 a falência do regime militar era visível, como presidente do PMDB de São Paulo na época, tinha claro isso. As vitórias eleitorais instauravam a diarquia e a necessidade de negociação da transição, principalmente em São Paulo onde Montoro era o candidato a governador [pelo PMDB]. E ali a gente via claramente que íamos ganhar. Não havia força capaz de impedir a vitória da oposição no Estado. E aquilo foi realmente um marco nesse processo de volta ao regime democrático. Não há dúvida nenhuma! Foi decisivo para o tipo de transição que nós fizemos. Essa coisa da mutação, não é? O Figueiredo é presidente, o regime indireto, base militar. E o governador é democrático, eleito pelo povo”. (CARDOSO in: COSTA COUTO 1999: 63)

Nota-se que para Cardoso a abertura política era um processo de conciliação entre os militares e os políticos de oposição legal que ganharam eleições nos estados, instaurando o que nomeou de “diarquia”, ou seja, a negociação dentro das configurações políticas que a ditadura militar criava.

Afirmado o protagonismo dos governadores da oposição no processo, Cardoso continua: “as mobilizações da Diretas-já! foi teimosia do Montoro. Ele como governador apostou no comício [manifestação de 25 de janeiro de 1984]. Seu papel foi fundamental pelo tipo de transição”. (CARDOSO in: COSTA COUTO 1999: 63)

Então, o nosso autor traz à baila seu posicionamento em relação aos grupos que compunham o PMDB e o movimento de oposição. Isto é, havia a posição de Ulysses Guimarães e Quércia pelo PMDB, Lula (PT), Brizola (PDT) entre outros que apostavam na vitória do movimento de massas e, por outro lado, as posições dos governadores *peemidebistas* André Franco Montoro (SP) e Tancredo Neves (MG) que utilizavam o movimento de massas para ampliar a margem nos acordos. Fernando Henrique Cardoso, ao propor “Mudança já”, no lugar de “Diretas já” fechou politicamente com o segundo grupo, que logo passou a organizar a campanha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

A derrota do movimento pelas “Diretas já” representou a derrota de uma concepção participativa de cidadania e de democracia política. A transferência da decisão para o colégio eleitoral tirou do movimento de massas a possibilidade de participar da elaboração política do Brasil e favoreceu a auto-reforma da autocracia. A Aliança Democrática ao redor de Tancredo Neves representou a vitória de uma estratégia de institucionalização baseada na conciliação com os setores moderados do regime militar.

Com a eleição de Tancredo e a instauração da Nova República, formou-se um novo bloco histórico de poder no Brasil. Apesar de Roberto Campos não ter votado em Tancredo no Colégio Eleitoral, embora tenha sido o primeiro político a defender sua

candidatura, apoiará várias medidas da Nova República já com José Sarney na presidência da República, especialmente as relacionadas à revisão da intervenção do Estado na economia.

Nesse período, Fernando Henrique Cardoso passa a questionar o papel das estatais:

“Realmente o estado inchou. É claro que não tem sentido o estado fabricar embalagens /.../ uma coisa é a estatização, outra é tornar pública a empresa. /.../ Na medida em que a estatização vai crescendo e as empresas se multiplicando, a burocracia se expande sem controle, privatizando o estado”. (CARDOSO in: MOTA, 1985: 72-73)

Nota-se que Cardoso faz a distinção entre empresa estatal e pública, sobretudo pontua que o aumento da empresa estatal levaria a privatização do estado pela burocracia. Contudo, não formula proposta para o controle público das estatais, abrindo espaço para as propostas de privatização em vários setores.

Continuando seu raciocínio, Cardoso entende que a empresa pública não tem o mesmo dinamismo do setor privado, visto que:

De onde vem o dinamismo hoje [maio de 1985]? Do mercado e da criatividade tecnológica. Neste sentido, o mercado não representa mais o empresário em si, mas sim um certo dinamismo da criatividade tecnológica” (CARDOSO in: MOTA, 1985: 74-75). Contudo, Fernando Henrique, a partir da consideração à respeito da modernização tecnológica passa a questionar a intervenção do Estado no que toca a produção de tecnologia. Observa-se que Cardoso aceita a argumentação de que o capital privado é o agente privilegiado na produção de tecnologia, numa linha semelhante à do empreendedor schumpeteriano.

Ao observar estas dimensões da atuação de Campos e Cardoso, nota-se que a circulação de suas idéias está objetivando realizar uma “reforma intelectual moral”, isto é, buscando formar uma nova cultura política crítica à intervenção estatal.

Bibliografia

CAMPOS, R. de O. *Além do cotidiano*. Ed. Record, 1985.

CAMPOS, R. de O. *Ensaio imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

CARDOSO, F. H. “Momento político Brasileiro”. In: *Folha de São Paulo*. 28/04/1984.

CARDOSO, F. H. in: COSTA COUTO, R. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1965*. RJ: Record, 1999.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Vol II*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 5 ed. RJ: Civilização Brasileira, 1984.